

**GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE:
OS (DES)CAMINHOS DA (INTER)DISCIPLINARIDADE E SUAS (IM)POSSIBILIDADES
(questão geral)**

Wagner Vinicius AMORIM

Linha de Pesquisa: Produção do espaço urbano

Ao refletirmos sobre os conceitos analíticos da Geografia e suas relações com a sociedade em toda sua história de existência e suas incontáveis formas de ação e expressão, não nos empreendemos numa tarefa fácil. Os conceitos de análise do pensamento geográfico são resultados de uma histórica e universal – melhor seria dizer ocidental – produção de conhecimentos e de pensamento a respeito do homem e seu espaço. A produção desse conhecimento a partir da realidade apreendida é fruto de uma diversidade de formas de encarar o real. Não poderíamos restringir somente à Geografia sua produção de idéias e de novos conhecimentos, mas às ciências particulares de modo geral. Os conceitos e as categorias utilizadas por geógrafos são também receptáculos de contribuições de outras áreas do saber, justamente porque um conceito não se restringe à determinada área de atuação de uma ciência apenas, mas ele também ultrapassa fronteiras disciplinares e conecta distintas abordagens da realidade. Não queremos com isso defender a universalização de um conceito e/ou categoria, mas, por outro lado, a propriedade intelectual do mesmo por determinada ciência pode limitar o pleno desenvolvimento do pensar. Antes, partimos da idéia de que o conhecimento se constrói independentemente de fronteiras disciplinares, isso porque a realidade que é o objeto de estudo não se compartimenta de tal forma, mas em sua complexidade e diversidade, talvez, incompreendida ou mal-compreendida pela ciência moderna.

Muitos autores têm defendido e levantado a bandeira da interdisciplinaridade (LEFF, 2007; CARVALHO, 2004; CASSETI, 2002; SUERTEGARAY, 2003; MENDONÇA, 2002), outros (MORAES, 1997), por outro lado, falam de uma multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade. O fato é que barreiras disciplinares, obras do positivismo e do cartesianismo (GRUN, 2002), isto é, da modernidade, contribuíram para entrincheirar o conhecimento e, em casos extremos, isolá-lo de seus pares. A crise ambiental emergente, por exemplo, é o grande corolário de todo esse processo, é na verdade, como afirma Leff (2007), a crise da modernidade, a crise do pensamento.

Retomando a discussão iniciada, situamos o trabalho intelectual do geógrafo no seio dessa crise. A Geografia tem razões para isso. As categorias foram lapidadas e utilizadas no curso dessa história e, em função do paradigma reinante foram “esculpidas”. Paisagem, e mais tarde região foram instrumentalizadas pelas chamadas Ciências Naturais, e mesmo com o advento da Geografia moderna continuaram a empreender trabalho na descrição e explicação de determinado recorte espacial analítico. É o caso da paisagem em La Blache e da Geografia Regional francesa do início do século XX. Desenvolvimentos dessa fase iniciada ainda no século XIX ecoam até hoje na chamada Geografia Regional, é claro, situado em novos ambientes paradigmáticos.

As contribuições de outras disciplinas não são poucas. Poderíamos ilustrar com excelentes trabalhos antropológicos em comunidades tradicionais e a utilização de conceitos geográficos como, por exemplo, o de lugar e território. Ou mais atualmente com trabalhos sociológicos e antropológicos sobre a questão de determinados grupos sociais e seus lugares e territórios na cidade, seus códigos e suas condutas.

O fato a se perceber é que o conhecimento geográfico da realidade, que é uma, não deve se sacralizar e se consagrar numa dimensão possível apenas, caso assim seja, será a produção do conhecimento resultante limitada e incapaz da real compreensão e apreensão da realidade em toda sua complexidade e multidimensionalidade e, ficará, portanto, muito aquém de sua tão buscada “transformação”.

A crise ambiental do século XX e que continuará no século XXI é contundente em demonstrar os efeitos da disciplinaridade e, sobretudo do parcelamento da realidade estudada. A Geografia por muito tempo se “entrincheirou” nessa “guerra disciplinar” em defesa de um status científico tão aclamado pela modernidade, principalmente pelo positivismo, iniciado em Descartes e, consagrado em Comte. Mas, em função do desequilíbrio provocado, vem desenvolvendo uma visão de mundo que possa, talvez, superar as limitações do “olhar moderno”.

O homem, separado que foi da natureza, a vê como algo exterior, parece não se refletir nela mesmo tendo dela saído. Situação de total estranhamento em relação ao que originalmente é, o homem se desconhece frente e na natureza, colocando-a num patamar diferenciado. Assim, homens e natureza, termos “unijuntivos”, são abstraídos e contemplados numa lógica que os distingue, que lhes submetem diferentes valores, quando na verdade, constituem a mesma complexidade (DIEGUES, 1998).

Suertegaray (2003) imagina o girar de um disco no qual estão grafados com diversidade de cores as diferentes categorias e conceitos da Geografia. Dessa maneira território, região, lugar e paisagem se condensam, se amalgamam no girar do disco, e no mosaico de cores compõem o espaço, este que é a união das outras categorias, estas que estão sempre em movimento constante, porque o homem é movimento.

O homem em toda sua complexidade e totalidade é quem anima tais categorias, é a força motriz de seu movimento, é o grande produtor de espaço geográfico. Não fosse sua presença no planeta haveria apenas paisagens, deixando de haver, portanto, território, porque não haveria uso, territorialização; regiões, porque não haveria funcionalidade, integração, articulação, distinção; lugar, porque não haveria apropriação; e, por fim, espaço geográfico, porque não haveria produção, ações e objetos animados, mas, na opinião de Santos (2004), existiria paisagem porque restariam as formas, mas uma paisagem inanimada, estática, cuja única dinâmica seria aquela das forças esculptoras internas e externas, contudo, não existiria espaço geográfico porque não existiria ação, porque não haveria vida.

Referências:

- CARVALHO, Marcos Bernardino de. Geografia e complexidade. *In*: DANTAS DA SILVA, Aldo, A. e GALENO, Alex (orgs). **Geografia: Ciência do Complexus. Ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- CASSETI, Valter. A Natureza e o Espaço Geográfico. *In*: MENDONÇA, Francisco A. e KOZEL, Salete (orgs). **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba-PR: Ed. UFPR, 2002.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2ª Ed., 1998.
- GRUN, Mauro. **A outridade da natureza na educação ambiental**. Erechim – RS: Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental – II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental – SIGEA – XIV Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente – SAUMA. Diversidade na Educação Ambiental – Olhares e Cores, Setembro de 2002.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo (4ª ed.): Cortez, 2007.
- MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia Socioambiental. *In*: MENDONÇA, Francisco A. e KOZEL, Salete (orgs). **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba-PR: Ed. UFPR, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, (2ª ed.), 1997.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp (4ª ed.), 2004.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia e Interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza-sociedade**. Florianópolis, GEOSUL-UFSC, v. 18, n. 35, jan./jun. de 2003.

**A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO:
FRAGMENTAÇÃO E SELETIVIDADE SÓCIO-ESPACIAL**
(questão específica)

Wagner Vinicius AMORIM

Linha de Pesquisa: Produção do espaço urbano

Partimos do pressuposto da existência de uma relação dialética entre sociedade e espaço geográfico. Lugar comum entre os geógrafos, o fato é que em função da relação homem-meio, ambas as partes retroagem uma sobre a outra no curso da história humana. O homem é, por natureza, um ser social produtor de espaço geográfico. Ao viver – em todas as instâncias desse fato – o homem se territorializa, apropria-se do meio natural, e de acordo com sua intencionalidade e com a de seus pares, produz o espaço geográfico. Nesse processo homem e o meio interagem e adquirem qualidades e potencialidades que os tornam particulares e, ao mesmo tempo, universais.

A sociedade, nas diferentes fases de sua história e através dos distintos modos de produção, adquiriu características e modos de vida distintos um dos outros, e, retomando a noção da intencionalidade do sujeito da ação (SANTOS, 2004), erigiu-se por todo o planeta de uma forma diferenciada e desigual, seja no que se refere aos aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e, sobretudo, espacial.

A noção *natura-naturans, natura-naturata* de B. Spinoza, já nos permite verificar a dialeticidade entre o sujeito da ação e seu objeto (SANTOS, 2004). Ao se reproduzir, a sociedade - formada por homens com diferentes intencionalidades -, de um modo geral, produziu um espaço à sua imagem e semelhança. Exatamente pela diferente carga técnica presente em cada uma delas o produto final não fora o mesmo. Todavia, não devemos tomar a técnica como elemento determinante, cometeríamos o erro de cair num reducionismo. Mas, em relação de interdependência com fatores tais como: cultura, estruturas sociais, estruturas políticas, atributos naturais disponíveis, etc., a técnica, acionada por determinado grupo social tem por corolário a “fragmentação do espaço”.

A cidade, maior evento da modernidade (GOMES, 2003), maior expressão da capacidade de produção e reprodução, consagrou e tornou comum a diferença. Ela reuniu a diferença, (des)organizou sobre um mesmo espaço – o espaço urbano – o desigual, colocando em convivência e em relação as diversas intencionalidades, sobretudo, as que dominam e as que obedecem. Poderíamos nos indagar que a cidade é um produto dessa diferença, dessa relação de mandar e obedecer estabelecida entre os diferentes (VASCONCELOS, 1999). O fato é que a cidade catalisou e mais que isso, potencializou esse processo.

A produção social do espaço urbano ocorre ininterruptamente e é condição *sine qua non* da existência do ser social, isso porque o homem não pode viver sem produzir espaço. A ação humana, necessariamente, implica em produção do espaço. E uma vez concentrados na cidade, esses agentes sociais produtores do espaço urbano tem suas propriedades magnificadas. Como resultado da aglutinação de diferentes “agentes” e do embate e dos conflitos entre tais, a cidade é produzida de modo a se configurar de acordo com este processo conflituoso, e expressando materialmente essa relação entre diferentes. Forças políticas, sociais, econômicas, qualitativos culturais são fatores presentes nessa relação, e cada qual exerce seu papel na produção do espaço urbano (GOTTDIENER, 1997).

Resultado desta (re)produção é o espaço urbano fragmentado, desigual do ponto de vista sócio-espacial, excludente e, sobretudo, seletivo (SOUZA, 2000). O espaço urbano selecionará seus agentes, no dizer de Santos (2004), por outro lado, ele não deixa de ser produto desses agentes e por isso é seletivo, por isso é desigual e socialmente fragmentado (SOUZA, 2000).

Essa característica se expressa em todas as cidades, em todos os agrupamentos humanos que recebem o qualitativo urbano. A diferença é o que há de mais comum no fato urbano

no curso de sua história (VASCONCELOS, 1999), tal qual ocorre em todo o espaço urbano e desse modo torna-se num universal, “globalizando” a diferença. Na cidade de Londrina verifica-se de uma maneira “particular” e, ao mesmo tempo, generalizada, a fragmentação do tecido sócio-espacial de que nos fala Souza (2000).

Produto de intencionalidades díspares, conflitantes, por um lado, e coesas e coligadas, por outro, a cidade vem materializando e se configurando de acordo com essa lógica. Interesses privados, públicos e a parceria entre ambos se descortinam na paisagem da cidade revelando ora o conflito, ora a convivência, ora a “troca de favores”.

Recentemente a Zona Leste da cidade tem sido o “palco” dessas diferentes formas de relação entre os poderes públicos – em todas as suas instâncias – e entre o poder público e setor privado. A produção social do espaço urbano que se verifica permite-nos apreender a fragmentação do tecido urbano, seus conflitos, seus “conchavos”, parcerias e, principalmente seu poder seletivo. Mas, o fato mais expressivo tem sido a parceria entre poder público e setor privado, as concessões, as “regalias” e, especialmente, o imperativo do capital privado na área em questão e a subsunção a que é submetida os extratos inferiores das classes sociais.

Tal processo apenas se inicia (referimo-nos ao local em que será construído o complexo cultural, empresarial e comercial, denominado Complexo Marco Zero), que ao fazê-lo já esboça a fragmentação, a funcionalidade econômica e a seletividade que colocará em curso no seu devir. Situamos tal recorte a fim de melhor elucidar as faces da lógica urbana da espoliação (KOWARICK, 1992), e a coalizão entre poder público e setor privado.

Os exemplos afloram em nossa área de pesquisa que, em menor conotação, mas em muitos casos verificados, também confirmam as premissas aqui apresentadas.

Referências:

- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil (4ª ed.), 2003.
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2ª Ed., 1997.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp (4ª ed.), 2004.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Desafio Metropolitano. Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus – BA: EDITUS, 1999.